

**PERSPECTIVAS ATUAIS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA
DESENVOLVIDO POR COMUNIDADES TRADICIONAIS EM UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO FEDERAIS E ESTADUAIS DO RIO DE JANEIRO**

FERNANDO RAIDER CALDERARO PONTINHA¹

CRISTIAM MARINS CAMPOS MARQUES²

AGNES BARBOSA GUIMARÃES³

DOI: <https://doi.org/10.47977/2318-2148.2026.v14n19p44>

RESUMO:

O presente estudo tem por objetivo analisar as perspectivas atuais do Turismo de Base Comunitária (TBC) em unidades de conservação (UC) federais e estaduais do estado do Rio de Janeiro, frente à recente Política Nacional de Incentivo à Visitação em Unidades de Conservação, instituída em 2025. A pesquisa mapeou 58 UC, das quais 20 possuem TBC estruturado, 12 apresentam potencial de desenvolvimento e 26 não possuem registros de iniciativas ou de presença de comunidades tradicionais. O estudo demonstra que o TBC ocorre de forma desigual no estado e depende fortemente da mobilização comunitária e das redes locais. Existem, ainda, desafios relacionados à falta de apoio governamental, à divulgação e à integração das comunidades nos processos decisórios. Contudo, o TBC apresenta potencial para fortalecer economias locais, preservar conhecimentos tradicionais e ampliar a justiça socioambiental, consolidando-se como instrumento estratégico para áreas protegidas do estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária; Unidades de Conservação; Comunidades tradicionais; Turismo Responsável; Rio de Janeiro.

**CURRENT PERSPECTIVES OF COMMUNITY-BASED TOURISM DEVELOPED
BY TRADITIONAL COMMUNITIES IN FEDERAL AND STATE
CONSERVATION UNITS OF RIO DE JANEIRO**

ABSTRACT

This study aims to analyze the current perspectives of Community-Based Tourism (CBT) in federal and state conservation units (CUs) in the state of Rio de Janeiro, in light of the recent National Policy for Incentivizing Visitation in Conservation Units, established in

¹ Mestrando em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. E-mail: fraider271@gmail.com

² Mestrando em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. E-mail: cristiammk@gmail.com

³ Mestrando em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. E-mail: agnesbarbosa.bioerj@gmail.com

2025. The research mapped 58 CUs, of which 20 have structured CBT, 12 show potential for development, and 26 have no records of initiatives or presence of traditional communities. The study demonstrates that CBT occurs unevenly in the state and strongly depends on community mobilization and local networks. There are challenges related to the lack of government support, dissemination, and integration of communities in decision-making processes. However, CBT has the potential to strengthen local economies, preserve traditional knowledge, and enhance socio-environmental justice, consolidating itself as a strategic instrument for protected areas of the state of Rio de Janeiro.

Keywords: Community-Based Tourism; Protected areas; Traditional Communities; Responsible Tourism; Rio de Janeiro.

1. INTRODUÇÃO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) se consolidou nas últimas décadas como uma estratégia de desenvolvimento territorial que articula conservação do meio ambiente, inclusão social e valorização cultural. Diferente do turismo convencional, caracterizado pelo mercado de massa e centralização de benefícios econômicos, o TBC se estrutura a partir dos recursos endógenos e do protagonismo das comunidades receptoras (Fabrino; Nascimento; Costa, 2016; Bartholo; Sansolo; Bursztyn, 2009).

O conceito do TBC surgiu na década de 1970, a partir do modelo internacionalmente conhecido como *Community Based Tourism* (CBT). Nesse período, emergiram os primeiros estudos sobre o turismo vinculados à agenda desenvolvimentista, com enfoque nos impactos sociais, culturais e econômicos da atividade sobre as comunidades receptoras. Esse movimento rompeu com a visão de mercado que predominava até então, propondo uma leitura mais territorializada do fenômeno turístico (Silva; Spinola, 2018). Enquanto o TBC enfatiza o protagonismo comunitário e a autenticidade das experiências oferecidas aos visitantes, linhas complementares passaram a argumentar que esse modelo de turismo somente se consolida quando as iniciativas são planejadas como produtos turísticos estruturados estrategicamente na cadeia produtiva do setor, assegurando viabilidade econômica, sustentabilidade e retorno efetivo às comunidades locais (Silva; Spinola, 2018).

No Brasil, o TBC ganhou força nos anos 1990 com o aumento da produção acadêmica, a organização de redes de pesquisa e a articulação com movimentos sociais e organizações não governamentais (Irving, 2009). A partir da década de 2000, o tema passou

a integrar políticas públicas federais, especialmente por meio das iniciativas do Ministério do Turismo voltadas ao turismo responsável, à inclusão social e ao apoio de projetos comunitários (Brasil, 2010). Nos últimos anos, o TBC também passou a integrar agendas globais de desenvolvimento sustentável. A vinculação entre TBC e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) tem sido destacada em publicações recentes do Ministério do Turismo, que reconhecem o papel do turismo comunitário como vetor de inclusão produtiva, consumo responsável, conservação da biodiversidade, igualdade de gênero e fortalecimento de economias locais, tornando-o compatível com a Agenda 2030 (Barreto; Silva, 2023).

A atuação recente do Estado brasileiro reforça esse movimento evolutivo. Além da formulação de instrumentos voltados ao fomento do TBC, surgiram outras iniciativas governamentais que buscam integrar a visitação de forma responsável ao manejo das Unidades de Conservação. A lei federal nº 15.180, de 25 de julho de 2025, por exemplo, instituiu a Política Nacional de Incentivo à Visitação em Unidades de Conservação, reconhecendo explicitamente o papel das comunidades tradicionais na oferta de serviços turísticos e na gestão do território, especialmente por meio de atividades de base comunitária (Brasil, 2025). Ao valorizar a participação social e a diversidade sociocultural, a referida lei propõe um modelo de turismo que integra conservação e desenvolvimento, como citado por Diegues (2008), em seu livro “*O mito da natureza intocada*”, em que as populações nativas podem se beneficiar do direito sobre essas áreas, agora protegidas, para geração de renda por meio da venda de seus produtos e do turismo.

Diante da evolução do tema no cenário nacional, especialmente com a recente criação da Política Nacional de Incentivo à Visitação a Unidades de Conservação (Brasil, 2025), este trabalho visa compreender a situação atual do Turismo de Base Comunitária desenvolvido por comunidades tradicionais em Unidades de Conservação federais e estaduais do estado do Rio de Janeiro.

2. MÉTODOS E ETAPAS DA PESQUISA

A pesquisa apresenta natureza descritiva e exploratória nos meios de comunicação, científico ou não, com abordagem qualitativa e quantitativa, estruturada em duas etapas principais: levantamento documental para mapeamento das UC objetos de estudo e uma

busca exploratória na rede mundial de internet, para analisar, sistematizar e correlacionar aquelas que possuem turismo de base comunitária associado. O recorte espacial considera todas as UC federais e estaduais situadas no território do estado do Rio de Janeiro.

2.1 Levantamento documental para mapeamento das unidades de conservação

A primeira etapa consistiu na identificação das UCs federais e estaduais do Rio de Janeiro, com base em:

- a) Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC);
- b) Documentos oficiais do ICMBio e do INEA;
- c) Planos de manejo, relatórios de conselhos de gestores, normativas internas e materiais de uso público;
- d) Publicações acadêmicas, institucionais e jornalísticas sobre Turismo de Base Comunitária em áreas protegidas.

2.2 Critérios de inclusão

Para cada UC, foi realizada uma busca sistemática nas plataformas “Google” e “Google Acadêmico”. Segundo Antunes (2015), o principal serviço que o Google oferece é o sistema de busca de informações determinadas por palavras-chave, de maneira gratuita, além de ser muito popular. Partindo desse princípio, foram utilizadas as palavras-chave “turismo de base comunitária” + “nome das Unidades de Conservação” que constam na tabela acima, individualmente. Após o levantamento, os resultados foram registrados em uma tabela de catalogação, incluindo dados sobre o tipo de atividade realizada.

Foram analisados apenas os resultados presentes na primeira página da busca, incluindo sites, redes sociais, reportagens, artigos acadêmicos ou qualquer outro link sugerido. Essa delimitação favorece o uso de informações com um maior grau de relevância, confiabilidade e aderência semântica, determinados automaticamente pela configuração do algoritmo de busca.

Embora o conteúdo proveniente de redes sociais e demais mídias informativas esteja sujeito a atualizações ou remoções ao longo do tempo, bem como pode promover

uma abordagem mais informativa e promocional do que propriamente científica, ele é fundamental para compreender como a informação sobre o TBC circula no cotidiano e chega, de fato, ao conhecimento do público geral. A busca na internet congrega dados científicos e não científicos, dando a complementaridade necessária para refletir com mais fidelidade o objeto de estudo.

2.3 Busca exploratória e análise dos dados

Após a realização das buscas na rede mundial de internet, conforme os critérios de inclusão pré-definidos, os resultados foram analisados e categorizados em um quadro resumo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o mapeamento, foram identificadas as seguintes UCs federais e estaduais presentes no estado do Rio de Janeiro, conforme Quadro 1 abaixo.

UC	Local	UF
APA Gericinó-Medanha	Rio de Janeiro/Mesquita/Nova Iguaçu	Estadual
APA Sepetiba	Rio de Janeiro	Estadual
PE da Chacrinha	Rio de Janeiro	Estadual
PE da Pedra Branca	Rio de Janeiro	Estadual
PE do Grajaú	Rio de Janeiro	Estadual
PE do Medanha	Rio de Janeiro/Mesquita/Nova Iguaçu	Estadual
REBIO de Guaratiba	Rio de Janeiro	Estadual
PARNA da Tijuca	Rio de Janeiro	Federal
MONA Ilhas Cagarras	Rio de Janeiro	Federal
APA Alto Iguaçu	Belford Roxo / Nova Iguaçu / Duque de Caxias	Estadual
APA Rio Guandu	Nova Iguaçu / Queimados / Paracambi / Seropédica / Itaguaí / Mendes / Paulo de Frontin / Miguel Pereira / Vassouras / Rio Claro / Piraí	Estadual
REBIO do Tinguá	Nova Iguaçu / Duque de Caxias / Petrópolis / Miguel Pereira	Federal
FLONA Mário Xavier	Seropédica	Federal
PE Cunhambebe	Itaguaí / Rio Claro / Mangaratiba/ Angra dos Reis	Estadual
REVIS da Serra da Estrela	Duque de Caxias / Magé / Petrópolis	Estadual
APA Região Serrana de Petrópolis	Duque de Caxias / Magé / Cachoeiras de Macacu / Guapimirim / Guapimirim / Petrópolis / Teresópolis	Federal
APA Bacia do Rio Macacu	Magé / Itaboraí / Cachoeiras de Macacu	Estadual
PARNA Serra dos Órgãos	Magé / Guapimirim / Petrópolis / Teresópolis	Federal

APA de Guapi-Mirim	Magé / São Gonçalo / Itaboraí / Guapimirim	Federal
PE Serra da Tiririca	Niterói / Maricá	Estadual
RESEX Marinha de Itaipu	Niterói	Estadual
ESEC Guanabara	São Gonçalo / Itaboraí / Guapimirim	Federal
APA de Maricá	Maricá	Estadual
APA Bacia do Rio São João / Mico Leão Dourado	Rio Bonito / Cachoeiras de Macacu / Rio das Ostras / Casimiro de Abreu / Silva Jardim / Cabo Frio / Araruama	Federal
PE Três Picos	Cachoeiras de Macacu / Guapimirim / Silva Jardim / Teresópolis / Nova Friburgo	Estadual
REBIO de Araras	Petrópolis / Miguel Pereira	Estadual
REVIS Médio Paraíba	Vassouras / Paraíba do Sul / Três Rios / Pinheiral / Barra do Piraí / Volta Redonda / Barra Mansa / Quatis / Porto Real / Resende / Itatiaia / Valença / Rio das Flores	Estadual
MONA Serra da Beleza	Barra do Piraí / Barra Mansa / Valença	Estadual
PE Serra da Concórdia	Barra do Piraí / Valença	Estadual
ARIE Floresta da Cicuta	Volta Redonda / Barra Mansa	Federal
PE Pedra Selada	Resende / Itatiaia	Estadual
REVIS Lagoa da Turfeira	Resende	Estadual
PARNA Itatiaia	Resende / Itatiaia	Federal
APA Serra da Mantiqueira	Resende / Itatiaia	Federal
MONA Serra dos Mascates	Valença	Estadual
PE Desengano	São Fidélis / Campos dos Goytacazes / Santa Maria Madalena	Estadual
PE Lagoa do Açú	Campos dos Goytacazes	Estadual
ESEC de Guaxindiba	Campos dos Goytacazes	Estadual
PARNA Restinga de Jurubatiba	Quissamã / Carapebus / Macaé	Federal
REBIO União	Macaé / Rio das Ostras / Casimiro de Abreu	Federal
APA Macaé de Cima	Casimiro de Abreu / Nova Friburgo	Estadual
REBIO Poço das Antas	Silva Jardim	Federal
APA Pau Brasil	Cabo Frio / Armação de Búzios	Estadual
PE Costa do Sol	Cabo Frio / Armação de Búzios / São Pedro da Aldeia / Arraial do Cabo / Araruama / Saquarema	Estadual
APA Serra Sapiatiba	São Pedro da Aldeia / Iguaba Grande	Estadual
APA Massambaba	Arraial do Cabo / Araruama / Saquarema	Estadual
RESEX Marinha do Arraial do Cabo	Arraial do Cabo / Araruama	Federal
APA Bacia dos Frades	Teresópolis	Estadual
Floresta Estadual José Zago	Trajano de Moraes	Estadual
APA Mangaratiba	Mangaratiba	Estadual
APA de Tamoios	Angra dos Reis	Estadual
PE Ilha Grande	Angra dos Reis	Estadual
REBIO Praia do Sul	Angra dos Reis	Estadual
RDS do Aventureiro	Angra dos Reis	Estadual
APA Cairuçu	Angra dos Reis/Paraty	Federal

ESEC Tamoio	Angra dos Reis/Paraty	Federal
PARNA Serra da Bocaina	Angra dos Reis/Paraty	Federal
RE Juatinga	Paraty	Estadual

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no CNUC (MMA, 2025).

Quadro 1 - Unidades de Conservação federais e estaduais do Estado do Rio de Janeiro analisadas no estudo

Ao todo, foram identificadas 58 (cinquenta e oito) unidades de conservação no recorte espacial pré-determinado, sendo 39 (trinta e nove) de domínio estadual e 19 (dezenove) de domínio federal. As unidades estão distribuídas em 57 (cinquenta e sete) dos 92 (noventa e dois) municípios do estado do Rio de Janeiro. São 860.756,26 ha de área, o que corresponde a 14 (quatorze) vezes o tamanho de Singapura ou aproximadamente 19,6% do território do estado do Rio de Janeiro, desconsiderando eventuais sobreposições de áreas.

Posteriormente, na categorização, foram expostas tão somente as unidades de conservação que apresentaram informações sobre TBC ou comunidades tradicionais presentes em sua área de influência. Na coluna seguinte do quadro, “Status TBC”, é apresentada a informação se a referida UC possui “TBC instituído” na localidade ou se apresenta “Potencial” para o seu desenvolvimento. Entende-se por “TBC instituído” uma unidade de conservação que possui informações dentro do *corpus* de pesquisa que relacione claramente em seu texto a trinca TBC, comunidades tradicionais e unidade de conservação, enquanto no “TBC Potencial” há o registro da presença de comunidades tradicionais na área de influência da UC, porém não há menção da estruturação de um turismo de base comunitária vinculado a esta comunidade. A terceira coluna, “Comunidade Tradicional”, traz à tona quais grupos, povos ou comunidades tradicionais estão presentes na zona de influência da UC, identificados durante a pesquisa. Por fim, na quarta coluna do quadro, trazemos um breve resumo sobre as informações obtidas em noticiários, artigos, dissertações, trabalhos acadêmicos, livros ou outros trabalhos divulgados, juntamente com a sua referência, de modo a apresentar o embasamento técnico que levou à categorização das respectivas UC. A seguir, são apresentados os resultados obtidos durante a pesquisa através da Figura 1 e do Quadro 2.



Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

Figura 1 - Mapa contendo as UCs do estado do Rio de Janeiro que possuem TBC instituído ou potencial para a sua instituição.

UC	Status TBC	Comunidade Tradicional	Citações e outros
ESEC Guanabara	Turismo de Base Comunitária - Quilombo Feital, Cooperativa Manguezais da Guanabara, Cooperativa Manguezal Fluminense, Associação de Catadores de Caranguejo de Magé - ACCAM e Nós da Guanabara	Quilombolas, Pescadores e Caranguejeiros	Os roteiros são organizados pela Rede de TBC “Nós da Guanabara”, com passeios pelo manguezal, pesca artesanal, trilhas, observação de fauna e visita a comunidades e sistemas agroflorestais, incluindo hospedagem e culinária tradicional (APA GUAPIMIRIM, 2024).
APA Gericinó-Medanha	Potencial	Agricultores	10 sitiantes foram identificados em unidades como Pedra Branca, Pedra Selada, Serra da Estrela, Alto Iguaçu e Gericinó-Medanha (Karyme, 2025)
APA Sepetiba	Turismo de Base Comunitária instituído - Instituto Boto Cinza/moradores das ilhas de Jaguanum e da Marambaia	Pescadores	Mais de 80 pescadores e familiares foram capacitados para atuar no turismo comunitário, gerando renda e apoiando a conservação ambiental, especialmente do boto-cinza (Reskalla, 2024).
PE da Pedra Branca	Turismo de Base Comunitária instituído - Quilombo Cafundá Astrogilda, Camorim e Dona Bilina (Projeto Sertão Carioca – Conectando Cidade e Floresta)	Quilombolas e Agricultores	Turismo com protagonismo comunitário no PEPB: uso público, memória e reafirmação territorial (Alves, 2020) A UC abriga três das cinco comunidades quilombolas reconhecidas no município do Rio de Janeiro (EMBRAPA, 2023).
PE do Mendanha	Potencial	Agricultores	Desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis, especialmente sistemas agroflorestais e a agricultura orgânica (Rio de Janeiro, 2013)
PARNA da Tijuca	Turismo de Base Comunitária instituído – Caminhos do Lagarto e Cooperativa Anfritrões do Parque	Marroquianos	Projeto de Ecoturismo Comunitário Caminhos do Lagarto Conecta Rocinha com Floresta da Tijuca (Mcallister, 2016) TBC nas favelas do Guararapes e Cerro-Corá mostra a relação dos moradores com a Floresta da Tijuca (Mendes & Mendes, 2024) Programa de Educação Socioambiental do PARNÁ Tijuca para as favelas do Cerro-Corá, Vila Cândido, Guararapes e Prazeres (Favela Parque, 2018)
MONA Ilhas Cagarras	Potencial	Pescadores	Intercâmbio de experiências sobre TBC entre os pescadores da Colônia Z-13 e outras associações.

			(Monumento Natural das Ilhas Cagarras - ICMBIO, 2025) Parte do território de pesca da Z-13 situa-se no entorno da MONA Ilhas Cagarras (Rubim, 2025)
PE Cunhambebe	Potencial	Indígenas, Quilombolas, Caiçaras e Pescadores	PEC reuniu quilombolas da Ilha da Marambaia, pescadores da Ilha da Madeira e caiçaras da Ilha de Jaguanum e do Sahy para uma visita guiada pelo parque (Jornal Atual, 2024). Indígenas propõem projeto de gestão compartilhada do PEC (ENSP FIOCRUZ, 2025)
REVIS da Serra da Estrela	Potencial	Agricultores	10 sitiantes foram identificados em unidades como Pedra Branca, Pedra Selada, Serra da Estrela, Alto Iguaçu e Gericinó-Mendanha (Karyme, 2025)
APA Região Serrana de Petrópolis	Turismo de Base Comunitária instituído - Quilombolas da Tapera e Comunidade Rural de Caxambu.	Quilombolas e imigrantes europeus.	Em Petrópolis, o bairro do Caxambú e o quilombo da Tapera são áreas de turismo vinculadas a comunidades tradicionais (Lima & Rocha, 2018).
APA Guapi-Mirim	Turismo de Base Comunitária instituído - Quilombo Feital, Cooperativa Manguezais da Guanabara, Cooperativa Manguezal Fluminense, Associação de Catadores de Magé - ACCAM e Nós da Guanabara	Quilombolas, Pescadores e Caranguejeiros.	Os roteiros são organizados pela Rede de TBC “Nós da Guanabara”, com passeios pelo manguezal, pesca artesanal, trilhas, observação de fauna e visita a comunidades e sistemas agroflorestais, incluindo hospedagem e culinária tradicional (APA Guapimirim, 2024). O TBC foi identificado pelos moradores locais como um dos caminhos para promover trabalho e qualidade de vida (Schumacher & Rodrigues, 2020)
PE Serra da Tiririca	Potencial	Pescadores e Sitiantes/Agricultores	Há comunidades tradicionais centenárias, como a do Morro das Andorinhas e dos pescadores do Canto Sul de Itaipu (INEA, 2015).
RESEX Marinha de Itaipu	Turismo de Base Comunitária instituído - Associação de Pescadores e Pescadoras Artesanais da Reserva Extrativista de Itaipu e Lagoa de Itaipu – APPREILI	Marisqueiros e Pescadores	Abriga uma organização de pescadores e marisqueiras que lutam por direitos, cultura tradicional e sustentabilidade da pesca, oferecendo também serviços de turismo comunitário (Appreili, 2025).
APA de Maricá	Turismo de Base Comunitária instituído - Projeto Economia Solidária e Turismo de Base Comunitária em Maricá/RJ.	Pescadores e Indígenas	Entre as comunidades tradicionais que habitam a área, destacam-se os pescadores artesanais de Zacarias e a aldeia indígena Mata Verde Bonita (Conti & Lavandoski, 2019)

MONA Serra da Beleza	Potencial	Quilombola	O Quilombo São José da Serra é nacionalmente conhecido pela Festa do Jongo (Silva, 2016)
PE Pedra Selada	Potencial	Agricultores	10 sítios foram identificados em unidades como Pedra Branca, Pedra Selada, Serra da Estrela, Alto Iguaçu e Gericinó-Mendanha (Karyme, 2025)
PARNA Itatiaia	Potencial	Agricultores	Moradores de Serra Negra e Vargem Grande praticam agricultura e pecuária há mais de cem anos, dependendo do manejo sustentável local e sendo reconhecidos como comunidades tradicionais (Hübner, 2013).
PE Desengano	Potencial	Quilombolas	As comunidades de Aleluia, Batatal e Cambucá estão localizadas na área de entorno da Unidade de Conservação (Linhares, 2016).
PE Lagoa do Açu	Turismo de Base Comunitária instituído - Comunidade de Quixaba	Pescadores	Com lideranças locais, promove artesanato comunitário, oficinas e passeios de canoa pela Lagoa do Açu (Afonso, 2018).
PARNA Restinga de Jurubatiba	Potencial	Pescadores e Quilombolas	Apresenta o grupo de empreendedores “Embaixadores de Jurubatiba”, uma associação vinculada ao Quilombo Machadinha e grupos de pescadores artesanais da Lagoa de Carapebus (Botelho, 2018)
APA Pau Brasil	Turismo de Base Comunitária instituído - Rota Cultural Afro Buziana; Roteiro Étnico Ecológico; Raízes de Búzios; Guardiões das Tradições Pesqueiras; Circuito de pesca artesanal - Pescando Tradições e Compartilhando Saberes.	Quilombolas, Caiçaras e Pescadores	Mantêm tradições e utilizam o território para subsistência e turismo de base comunitária. (Karyme, 2025)
PE Costa do Sol	Turismo de Base Comunitária instituído - Rota Cultural Afro Buziana; Roteiro Étnico Ecológico; Raízes de Búzios; Guardiões das Tradições Pesqueiras; Cooperativa Mulheres da Pesca, Aquicultura e Artesanato da Prainha (MUPAAP); Circuito dos Mestres Sabedores da Cultura Popular; Circuito	Quilombolas, Marisqueiras, Pescadores, Rezadeiras, Rendeiras e Salineiros.	No entorno da UC vivem quilombolas, marisqueiras, pescadores e ex-salineiros, que utilizam o território para atividades de subsistência (Nasri, 2022).

	de pesca artesanal - Pescando Tradições e Compartilhando Saberes.		
APA Serra Sapiatiba	Turismo de Base Comunitária instituído - Associação de Pescadores da Praia da Pitória - APAAPP; Associação dos Pescadores da Praia da Baleia; Associação dos Pescadores de Pesca de Correnteza; APESCARPEGIN e APAMA.	Pescadores	Presença de iniciativas locais como o Circuito de Pesca Artesanal - Pescando Tradições e Compartilhando Saberes (Nasri, 2023)
APA Massambaba	Turismo de Base Comunitária instituído - Pescadores da Praia da Pitória - APAAPP; pescadores da Praia da Baleia; Pescadores de Pesca de Correnteza; APESCARPEGIN; APAMA e Colônia de Pescadores de Saquarema e Salina Glória.	Pescadores e Salineiros	Salineiros preservam métodos seculares de produção, como na Salina Glória, uma das últimas do país a manter o processo totalmente artesanal. (Karyme, 2025) Presença de iniciativas locais como o Circuito de Pesca Artesanal - Pescando Tradições e Compartilhando Saberes (Nasri, 2023)
RESEX Marinha do Arraial do Cabo	Turismo de Base Comunitária instituído - AREMAC, Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo e Circuito dos Mestres Sabedores da Cultura Popular	Pescadores	Abrange o Circuito dos Mestres da Cultura Popular (Nasri, 2023) O projeto “Turismo é com a gente” é realizado pela AREMAC (FUNBIO, 2025)
APA Mangaratiba	Potencial	Indígenas, Quilombolas, Caiçaras e Pescadores	Conflitos de uso e sobreposições entre UCs, além da presença da Terra Indígena Brachuhy, do Quilombo da Ilha da Marambaia e de pescadores (INEA, 2015)
APA de Tamoios	Turismo de Base Comunitária instituído - São Gonçalo Turismo de Base Comunitária	Caiçaras, Quilombolas,	Guiados por mulheres caiçaras, os roteiros apresentam praias, história ancestral, ranchos tradicionais e práticas de turismo comunitário, destacando resistência e permanência territorial (São Gonçalo Turismo de Base Comunitária, 2024).
PE Ilha Grande	Turismo de Base Comunitária instituído - Associação de Moradores e Pescadores da Enseada das Estrelas (AMPEE)	Caiçaras	Na Ilha Grande, cinco mulheres lideram o projeto Enseada das Estrelas, promovendo roteiros culturais com foco em tradições caiçaras e desenvolvimento sustentável, incluindo vivências com pescadores e artesãos locais

			(FUNBIO, 2024).
RDS do Aventureiro	Turismo de Base Comunitária instituído	Caiçaras	Praia do Aventureiro: um caso sui generis de gestão local do turismo - A população do Aventureiro vive na área há pelo menos quatro gerações, segundo relatos locais (Bartholo, 2009).
APA Cairuçu	Turismo de Base Comunitária instituído - Rede Nhandereko (Terra Indígena Parati Mirim, Quilombo do Campinho da Independência)	Caiçaras, Quilombolas e Indígenas	A maioria das pousadas é familiar e de pequeno porte, muitas próximas a áreas protegidas. A APA reúne seis comunidades com turismo comunitário protagonizado por caiçaras, quilombolas e indígenas, articuladas pela rede Nhandereko (Bartholo, 2009; ICMBIO, 2018)
PARNA Serra da Bocaina	Turismo de Base Comunitária instituído - Comunidade Caiçara de Trindade	Caiçaras	A vila de Trindade, situada parcialmente no PNSB, é um dos principais destinos de turismo da região (Conti & Irving, 2014).
RE Juatinga	Turismo de Base Comunitária instituído - Projeto Azul Marinho e Roteiro Caiçara nos Caminhos de Paraty.	Indígenas, Quilombolas e Caiçaras.	No mesmo território convivem culturas caiçaras, quilombolas e indígenas, todas com projetos de turismo comunitário (Bartholo, 2009).

Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

Quadro 2 – Quadro-resumo dos dados obtidos durante a busca, por unidade de conservação.

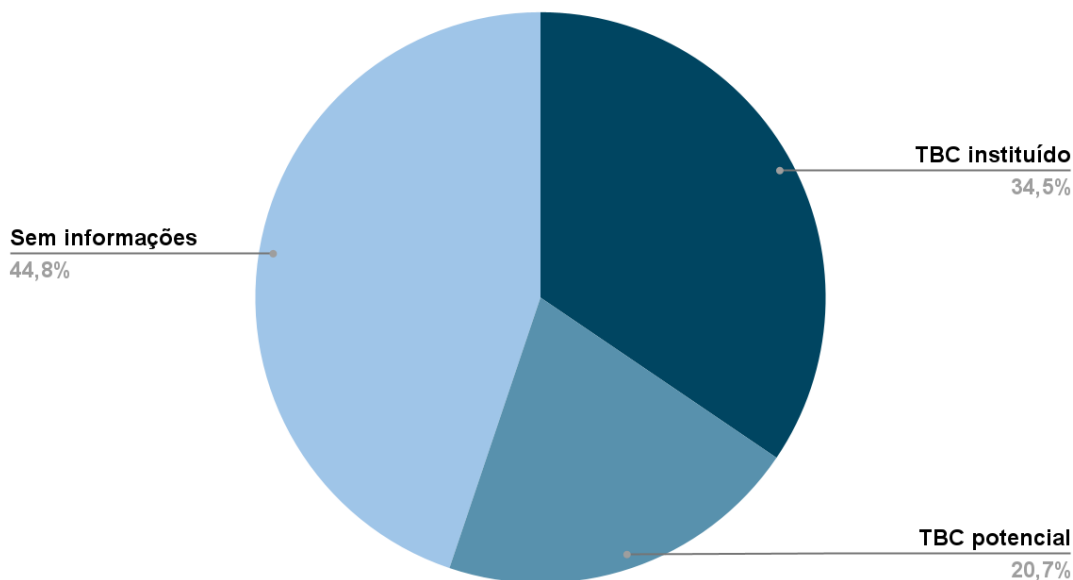
A escolha das plataformas Google contribui para chamar a atenção ao fato de que, se o TBC nas UCs do Rio de Janeiro está acontecendo, esta informação deveria estar sendo divulgada para aqueles que buscam informações rápidas e efetivas sobre o assunto, já que a plataforma ordena o aparecimento das informações por relevância e utilidade (Antunes, 2015).

Assim, ao analisar o resultado da pesquisa, verifica-se que do rol inicial de UCs federais e estaduais, 20 (34,5%) possuem TBC instituído e divulgado, 12 (20,7%) possuem potencial para desenvolvimento de TBC e 26 (44,8%) não possuem informações sobre TBC local e não há registro formal da presença atual de grupos, povos ou comunidades tradicionais no local (Figura 2). Desta última classificação, há de se considerar a presença de 8 UC agrupadas como de “Proteção Integral”, segundo o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), nas categorias de Estação Ecológica e Reserva Biológica, em que a lei proíbe a presença de propriedade privada e visitação pública, com exceção para fins educacionais. Evidentemente, cabe então o registro de que nessas áreas não haveria a

possibilidade de desenvolvimento de TBC. Entretanto, na contramão desse entendimento, foi identificada explicitamente durante a pesquisa, inclusive em redes oficiais de organismos governamentais, a divulgação da presença de TBC na Estação Ecológica (ESEC) Guanabara, na qual não estava explícito se o TBC tinha ou não fins educacionais.

Quanto à presença de TBC nas áreas dos Parques Nacionais, não havia menções nas referências utilizadas neste estudo quanto à presença de comunidades tradicionais em seu interior, o que não é permitido por lei. No entanto, vale ressaltar que essas áreas podem sofrer influência de áreas do entorno dos limites da UC ou então estar envolvidas com problemas fundiários com determinadas comunidades.

PANORAMA TBC EM UC's FEDERAIS E ESTADUAIS DO RIO DE JANEIRO



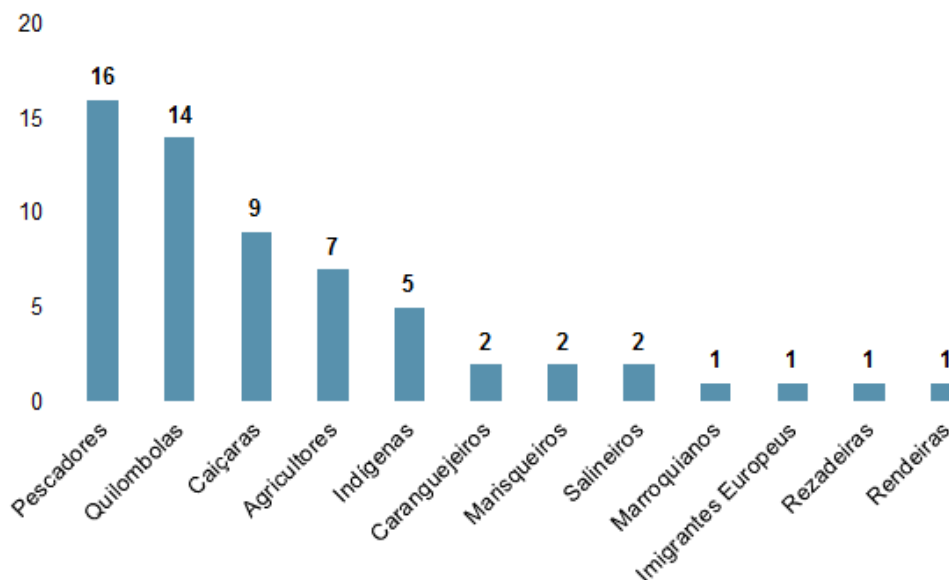
Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

Figura 2 - Panorama atual do TBC em UCs federais e estaduais do Rio de Janeiro.

Observa-se que cerca de um terço das unidades analisadas já possui experiências de TBC em operação, enquanto uma proporção considerável permanece situada com status de potencialidade ou que não possui registros sistematizados. Esses dados evidenciam que o Rio de Janeiro apresenta inserção de experiências comunitárias em áreas protegidas, mas que ainda há espaço para a expansão, o que pode ser catapultado com a recente criação da Política Nacional de Incentivo à Visitação a Unidades de Conservação.

As UC em que não foram obtidas informações sobre TBC ou presença de comunidades tradicionais foram as seguintes: PARNA Serra dos Órgãos, FLONA Mário Xavier, PE da Chacrinha, PE do Grajaú, PE Três Picos, PE Serra da Concórdia, Floresta Estadual José Zago, APA Alto Iguaçu, APA Rio Guandu, APA Bacia do Rio Macacu, APA Bacia do Rio São João / Mico Leão Dourado, APA Serra da Mantiqueira, APA Macaé de Cima, APA Bacia dos Frades, REVIS Médio Paraíba, REVIS Lagoa da Turfeira, ARIE Floresta da Cicuta e MONA Serra dos Mascates.

Em relação à presença dos grupos, povos e comunidades tradicionais que possuem alguma relação com a unidade de conservação, independentemente de possuir ou não TBC instituído, há uma predominância de pescadores e quilombolas (presentes em 16 e 14 UCs, respectivamente), seguido de caiçaras, agricultores e indígenas (Figura 3). No somatório, esses grupos representam, aproximadamente, 80% de todas as comunidades tradicionais encontradas nas UC presentes na pesquisa. Trata-se aqui de uma análise sobre o tipo de comunidade tradicional presente em cada UC e não sobre quantos grupos comunitários, idênticos ou não, estão presentes em cada UC. A intenção desta análise, por exemplo, não é detalhar quantas comunidades quilombolas diferentes existem dentro de uma UC, mas tão somente apontar o tipo de comunidade presente no local.



Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

Figura 3 - Tipos de comunidades tradicionais encontradas em cada UC.

Quando se analisa a distribuição geográfica da dispersão das UC e suas respectivas comunidades tradicionais, observa-se grande destaque para a Região Metropolitana, Região dos Lagos e Costa Verde do estado do Rio de Janeiro.

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, identifica-se uma diversidade maior de comunidades tradicionais. São quilombolas, pescadores, marroquianos, agricultores, caranguejeiros, marisqueiros e indígenas presentes em 13 UC da região e retratam a ocupação histórica da cidade do Rio de Janeiro e seu entorno, especialmente em relação a pescadores, devido à presença sempre forte da atividade pesqueira em toda a costa marítima da região. Há de se destacar também em relação às comunidades quilombolas, visto que, conforme apontado pela Slave Voyages (2013), entre 1801 e 1850 desembarcaram no Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, cerca de quase 1 milhão de negros escravizados, o que inegavelmente contribuiu para a presença de alguns núcleos de refúgio na região e que mantém até os dias atuais identidade própria e associação com a terra tradicionalmente ocupada. Essas comunidades encontram-se principalmente junto às áreas litorâneas da Região Metropolitana e suas proximidades.

Outro grupo que se destaca, por estar majoritariamente presente na região metropolitana, são os agricultores. Essa comunidade, diferentemente dos outros principais grupos, está quase que totalmente concentrada na região metropolitana. E aqui há uma interação muito importante, especialmente no PE Pedra Branca (PEPB), entre agricultores e quilombolas. Conforme Cáceres (2023), é preciso destacar que nem todos os agricultores residentes do PEPB são quilombolas. Há no interior do parque moradores agricultores não quilombolas e quilombolas (Quilombo Cafundá Astrogilda, Camorim e Dona Bilina) que praticam agricultura, sobretudo familiar, e que convivem no mesmo espaço. A região da Pedra Branca era chamada de “Sertão Carioca” no passado e foi testemunha dos grandes engenhos de açúcar e cafezais durante o império e início da república, culminando na sua extinção e divisão em loteamentos menores, que deram voz às pujantes lavouras agrícolas que abastecem mercados e feiras da cidade até os dias atuais (Sampaio, 2024).

Quando se observa o conjunto das unidades com TBC em operação, destacam-se territórios onde há incidência consolidada de comunidades tradicionais, especialmente nas regiões de litoral, com presença indígena, caiçara, quilombola e pesqueira. Nas regiões da

Costa Verde e Região dos Lagos, por exemplo, são recorrentes as experiências associadas a redes comunitárias e outras iniciativas de turismo que valorizam elementos identitários e modos de vida tradicionais. São nessas áreas onde estão concentradas as experiências de TBC mais estruturadas e com o maior número de fontes obtidas durante a pesquisa. Com exceção da APA Mangaratiba, todas as demais UC federais e estaduais da Costa Verde e Região dos Lagos possuem TBC desenvolvido e instituído. São diversas redes, rotas, circuitos e projetos desenvolvidos por associações e colônias de comunidades tradicionais, com apoio de outros atores governamentais e da sociedade civil.

As redes de Turismo de Base Comunitária, hoje, são as maiores expressões de consolidação de um TBC em termos de estrutura e organização. Conforme estudos de Moraes et al. (2018), se configuram como um movimento de articulação de ações direcionadas à comercialização do turismo, ao compartilhamento de informações, à gestão e à operacionalização de empreendimentos, à influência em políticas públicas e ao fortalecimento das comunidades, realizando alianças em escalas local, nacional e internacional. Ao todo, foram identificadas somente 9 redes de TBC em todo o território brasileiro, sendo apenas uma delas situada no Rio de Janeiro, localizada dentro da Costa Verde carioca. Trata-se da Rede Nhandereko, que agrupa 14 comunidades em Angra dos Reis/RJ, Paraty/RJ e Ubatuba/SP (Barreto; Lanzarini, 2023).

No Norte Fluminense, apenas uma das três UC possui algum movimento de TBC. Trata-se da Comunidade de Quixaba, que pratica artesanatos e passeios pelo PE Lago do Açú. Os PE Desengano e PARNA Restinga de Jurubatiba apresentam potencial para atividades turísticas comunitárias com pescadores e quilombolas locais.

Não houve identificação de qualquer desenvolvimento de TBC na região do Médio Paraíba. Cerca de 66% das UC não apresentavam sequer algum potencial para TBC e 34% (MONA Serra da Beleza, PE Pedra Selada e PARNA Itatiaia) possuíam certo potencial de desenvolvimento, em especial na MONA Serra da Beleza com a presença do Quilombo São José da Serra, o mais antigo do estado do Rio de Janeiro. Nessa região, o turismo comunitário tende a se manifestar mais como atividade potencial ou complementar ao ecoturismo do que como atividade constituída em rede ou inserida por meio de políticas

públicas, uma vez que grande parte das iniciativas depende de circuitos locais e da demanda turística regional.

Já na região Serrana, foi identificada apenas uma UC com vínculos com comunidades tradicionais, a APA Região Serrana de Petrópolis, com a presença do turismo conduzido pelo Quilombo da Tapera e pela comunidade lusitana (portugueses) do Caxambu, com fortes ligações com a agricultura.

Por fim, curiosamente, foi identificado durante a pesquisa que a região do Noroeste Fluminense não possui nenhuma UC federal ou estadual instituída em sua área, fator pelo qual ela acabou por não figurar entre os objetos da pesquisa.

Embora em muitas UC não tenham sido encontradas informações sobre ações legítimas de TBC, algumas apresentam grande potencial para tal. Foram encontrados trabalhos, artigos, reportagens e outras publicações que falam sobre a intenção da implementação do TBC, sua importância para as comunidades tradicionais e para a preservação local. Entretanto, Almeida e Castro (2018) afirmam que o turismo comunitário, na maioria das vezes, não envolve a participação efetiva das comunidades, revelando a falta de comprometimento do Estado com esses grupos, ignorando seus saberes e a cultura local. Segundo Barros e Leuzinger (2020), o Estado precisa ouvir as comunidades, a fim de que não promova políticas de “cima-para-baixo”, descoladas da realidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu reconhecer o panorama atual do Turismo de Base Comunitária existente em áreas protegidas do estado do Rio de Janeiro, porém ainda distribuídas de forma desigual e pouco documentada em algumas regiões. Mesmo onde há forte presença de comunidades tradicionais, a visibilidade institucional depende, quase sempre, de projetos pontuais, ações individuais ou redes comunitárias organizadas, o que revela que o avanço do TBC ocorre muito mais pela mobilização local do que pela atuação do poder público.

Os resultados indicam que cerca de apenas um terço das UC apresentam boa estrutura para o TBC, enquanto os dois terços restantes apresentam espaço para maiores estudos, aprofundamento e expansão desta prática, podendo ser catalisada com a recente

publicação da Política Nacional de Incentivo à Visitação a Unidades de Conservação, em julho de 2025.

A análise mostrou que o estado possui um conjunto expressivo de unidades com condições concretas para desenvolver turismo comunitário, mas essa possibilidade nem sempre é convertida em ação. Em muitos casos, a comunidade existe, as práticas tradicionais existem, mas a política pública não chega. Assim, as experiências consolidadas acabam se tornando exceções, quando poderiam ser referência para uma política permanente de incentivo e valorização cultural. Isso significa que fortalecer o TBC não é apenas estimular novas formas de turismo, mas proteger conhecimentos, histórias e modos de vida que, em alguns lugares, se encontram ameaçados.

O TBC tem potencial para se tornar um instrumento estruturante de desenvolvimento local em áreas protegidas, sobretudo quando envolve participação social, autonomia comunitária e respeito aos conhecimentos tradicionais. Para isso, será fundamental ampliar o diálogo entre poder público, comunidades e instituições de pesquisa, garantindo apoio técnico, formação, divulgação, autonomia nas relações comerciais e mecanismos permanentes de gestão compartilhada.

Este estudo não busca esgotar a temática, mas apresentar um diagnóstico prévio da Política Nacional de Incentivo à Visitação a Unidades de Conservação de como o assunto está sendo explorado nos meios científicos ou não de comunicação. É possível, portanto, que existam iniciativas que ainda não foram exteriorizadas adequadamente e possam não ter sido capturadas pela pesquisa, por não apresentarem a relevância requerida pelo algoritmo. Mesmo assim, os resultados apresentam uma tendência de precisão aceitável, uma vez que a metodologia considerou diferentes fontes de análise e cruzamento de dados, oferecendo um primeiro diagnóstico que pode servir de base para estudos de campo, mapeamentos, ações de fortalecimento local e futuras avaliações dos impactos da Política Nacional de Incentivo à Visitação em Unidades de Conservação.

Mais do que registrar iniciativas, este estudo pretende contribuir com a valorização das comunidades que já atuam nesses territórios e indicar que o turismo comunitário pode ser, além de uma atividade econômica, um caminho de preservação cultural, fortalecimento identitário e conservação ambiental compartilhada no estado do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F., CASTRO, J. Planejamento do turismo de base comunitária: perspectivas críticas. **Caderno Virtual de Turismo**, 2018.
- ALVES, G. **Turismo com protagonismo comunitário no Parque Estadual da Pedra Branca: uso público, memória e reafirmação territorial**. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- ANTUNES, M. L. **Comportamento informacional em tempos de Google**. Belo Horizonte: UFMG, 2015.
- APA GUAPIMIRIM. **Turismo de Base Comunitária na APA de Guapi-Mirim e ESEC da Guanabara**. Rio de Janeiro, 9 fev. 2024. Instagram: @apaguapimirim. Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/C3JCzMHJ4OS/>.> Acesso em: 29 nov. 2025
- APPREILI. **ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES E PESCADORAS DA RESEX DE ITAIPU E LAGOA DE ITAIPU – APPREILI**. Disponível em: < <https://www.appreili.org.br/> >. Acesso em: 7 dez. 2025.
- BALIEIRO, F.; et al. **Comunicado técnico: Comunidades quilombolas do Maciço da Pedra Branca preservam o solo da maior floresta urbana do planeta e incrementam seus estoques de carbono do solo**. Comunicado Técnico – Embrapa, Brasília, 2023. Disponível em: < <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1151520/1/Comunidades-quilombolas-do-Macico-da-Pedra-Branca-2023.pdf>.> Acesso em: 08 dez. 2025.
- BARRETO, L.; LANZARINI, R. **Turismo responsável: dimensão turismo de base comunitária: levantamento e sistematização das políticas, programas e projetos desenvolvidos em âmbito nacional e estadual**. Natal: SEDIS-UFRN; Brasília: Ministério do Turismo, 2023.
- BARRETO, L.; SILVA, R. **Turismo de Base Comunitária: construção de indicadores para o alcance da Agenda 2030 no Brasil**. Natal: UFRN/SEDIS, 2023.
- BARROS, L.; LEUZINGER, M. Turismo de base comunitária e os desafios para sua implementação em unidades de conservação. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**, Bebedouro, v. 8, n. 2, 2020.
- BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- BOTELHO, E. **Visitação e turismo em parques nacionais: o caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (RJ)**. Tese (Doutorado) – COPPE-UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.
- BRASIL. Lei nº 15.180, de 25 de julho de 2025. **Institui a Política Nacional de Incentivo à Visitação a Unidades de Conservação**. Brasília, 2025.
- CACERES, L. S. O “sertão carioca”: da ruralidade à conservação ambiental no contexto da expansão urbana no Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, 2023.
- CONTI, B. R.; LAVANDOSKI, J. Caminhos para o desenvolvimento turístico em Maricá, RJ. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 19, n. 1, 2019.

CONTI, B.R.; IRVING, M.A. Desafios para o ecoturismo no Parque Nacional da Serra da Bocaina: o caso da Vila de Trindade (Paraty, RJ). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.7, n. 3, ago/out 2014, pp. 517-538.

DIEGUES, A. C. **O mito da natureza intocada**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA FIOCRUZ. **Parque Estadual Cunhambebe: Povos indígenas de Mangaratiba lutam por cogestão e pela demarcação de seu território**. Disponível em: <

<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/parque-estadual-cunhambebe-povos-indigenas-de-mangaratiba-lutam-por-cogestao-e-pela-demarcacao-de-seu-territorio/> >

Acesso em: 08 dez. 2025.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P.; COSTA, H. A. Turismo de base comunitária: uma reflexão sobre conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 3, 2016.

FAVELA PARQUE. **Diagnóstico socioambiental participativo nas favelas do Guararapes, Cerro Corá, Vila Cândido e Prazeres**. Rio de Janeiro, nov. 2018.

FIPERJ. **FIPERJ contribui com projeto do INEA voltado ao turismo de base comunitária e à sustentabilidade das atividades pesqueiras**. Disponível em: <

<https://www.rj.gov.br/fiperj/node/970> >. Acesso em: 7 dez. 2025.

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE – FUNBIO. **AREMAC – Implantação do TBC**. Disponível em: <

https://www.funbio.org.br/programas_e_projetos/educacao-ambiental/aremac-implantacao-do-tbc/ >. Acesso em: 04 dez. 2025.

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE – FUNBIO. **Moradoras de Ilha Grande, no Rio de Janeiro, realizam testes de roteiros turísticos inéditos**. FUNBIO, 08 maio 2024. Disponível em: < <https://www.funbio.org.br/moradoras-de-ilha-grande-realizam-testes-de-roteiros-turisticos-ineditos/> >. Acesso em: 08 dez. 2025.

HÜBNER, D. B. **Um turismo de base comunitária para o Parque Nacional do Itatiaia**. 2013. Tese (Doutorado) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

INEA. **Trilhas: Parque Estadual da Serra da Tiririca / Trails: Serra da Tiririca State Park**. Rio de Janeiro: INEA, 2015. 384 p.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. **APA Cairucu desenvolve turismo de base comunitária**. Brasil, 2018.

Disponível em: < <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/apa-cairucu-desenvolve-turismo-de-base-comunitaria> >. Acesso em: 07 dez. 2025.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA. **Plano de manejo (Fase 1): Área de Proteção Ambiental Estadual de Mangaratiba**. Rio de Janeiro: INEA, 2015.

IRVING, M. **Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária – inovar é possível?** In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

KARYME, Samyra. **INEA identifica 97 comunidades tradicionais em unidades de conservação do RJ**. G1 Região dos Lagos, 20 nov. 2025. Disponível em: <

<https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2025/11/20/inea-identifica-97-comunidades-tradicionais-em-unidades-de-conservacao-do-rj.ghtml> >. Acesso em: 05 dez. 2025.

LIMA, P.; ROCHA, A. **Sobre o desenvolvimento de Turismo de Base Comunitária em Petrópolis/RJ: projeto de extensão no Caxambú e no Quilombo da Tapera**. In: 12º Fórum Internacional de Turismo do Iguassu. Foz do Iguaçu, 2018.

LINHARES, T. **Diagnóstico do potencial turístico em comunidades tradicionais a partir da gestão participativa**. Dissertação (Mestrado) — IFF, Campos dos Goytacazes, 2016.

McALLISTER, Nia; BRAGA, Leonardo. **Projeto de Ecoturismo Comunitário Caminhos do Lagarto conecta Rocinha com Floresta da Tijuca**. RioOnWatch, 29 jun. 2016. Disponível em: < <https://rioonwatch.org.br/?p=20487> >. Acesso em: 02 dez. 2025.

MENDES, J.; MENDES, D. **A Floresta vista da favela**. ((o))eco, 22 nov. 2024. Disponível em: < <https://oeco.org.br/reportagens/a-floresta-vista-da-favela/> >. Acesso em: 07 dez. 2025.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA – MMA. **Plataforma CNUC: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Brasil, 2025. Disponível em: < <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/areas-protetidas/plataforma-cnuc-1> > . Acesso em: 06 dez. 2025.

MINISTÉRIO DO TURISMO (Brasil). **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária**. Brasília, 2010.

MONUMENTO NATURAL DAS ILHAS CAGARRAS - ICMBIO. **No dia 9 de setembro, ocorreu uma visita técnica com o objetivo de promover [...]**. Rio de Janeiro, 9 set. 2025. Facebook: icmbiomonacagarras. Disponível em: < <https://www.facebook.com/icmbiomonacagarras/posts/1092220659768668/> >. Acesso em: 29 nov. 2025.

MORAES, E.; GUERRA, M.; MENDONÇA, T. Turismo de base comunitária em unidades de conservação de uso sustentável no Brasil. **Turismo: Visão e Ação**, v. 26, 2024.

NASRI, Y. et al. **Arranjos locais para o lazer de base comunitária**. Revista Brasileira de Ecoturismo, v. 16, n. 3, 2023.

NASRI, Y. et al. **Uso turístico no Parque Estadual da Costa do Sol**. Revista Brasileira de Ecoturismo, v. 14, n. 4, 2021/2022.

JORNAL ATUAL. **PARQUE Cunhambebé promove integração com comunidades de Mangaratiba**. Jornal Atual, 12 set. 2024. Disponível em: < <https://jornalatual.com.br/parque-cunhambebe-promove-integracao-com-comunidades-de-mangaratiba/> >. Acesso em: 08 dez. 2025.

PENA, I.; TÁVORA, B.; HOLANDA, M.. Folha Informativa Nº 11: Período 5 (Abril e Maio 2022). **Projeto Sertão Carioca: Conectando Cidade e Floresta**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2022. Disponível em: < <https://aspta.org.br/files/2022/07/Folha-Informativa-11-Um-olhar-agroecol%C3%B3gico-para-o-Turismo-do-Maci%C3%A7o-da-Pedra-Branca.pdf> >. Acesso em: 08 dez 2025.

RESKALLA, A. **Quem são os guardiões do mar que atuam na preservação de botos no litoral do RJ.** Estadão, 12 de junho de 2024. Disponível em: < <https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/quem-sao-os-guardioes-do-mar-que-atuam-na-preservacao-de-botos-no-litoral-do-rj/> > . Acesso em: 03 dez. 2025.

SECRETARIA DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE. **Atlas das unidades de conservação municipais do estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: INEA, 2024.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 44.342, de 22 de agosto de 2013. **Cria o Parque Estadual do Mendanha e dá outras providências.** Rio de Janeiro, 2013.

RUBIM, M. **Pesquisa inédita feita com ajuda de pescadores de Copacabana registra cem espécies de peixes.** O GLOBO, Rio de Janeiro, 08 mar. 2025. Disponível em: < <https://www.oglobo.globo.com/rio/bairros/zona-sul/noticia/2025/03/08/pesquisa-inedita-feita-com-ajuda-de-pescadores-de-copacabana-registra-cem-especies-de-peixes.ghtml> > . Acesso em: 08 dez. 2025.

SAMPAIO, D. **A história das Vargens, o “Sertão Carioca”.** Veja Rio, Rio de Janeiro, s.d. Disponível em: < <https://vejario.abril.com.br/coluna/daniel-sampaio/historia-vargens-sertao-carioca/> > . Acesso em: 9 dez. 2025.

SÃO GONÇALO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA. **Fomos guiados por um poderoso grupo de mulheres caiçaras, que apresentaram as praias de São Gonçalo e São Gonçalinho [...].** Paraty, 6 jun. 2024. Facebook: redesaogoncalo. Disponível em: < <https://www.facebook.com/redesaogoncalo/posts/pfbid0ayQkV1rhdFQ12kSz9UPaEHTkFZ4puEzRUF5BH5T2EWLYHbxh37DuXEvXDfQHCHDcl> > . Acesso em: 29 nov. 2025.

SCHUMACHER, L.; RODRIGUES, C. Turismo de base comunitária na Área de Proteção Ambiental Guapi-Mirim. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 20, n. 3, 2020.

SILVA, G. A. F. **Quilombo São José da Serra.** Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

SILVA, P.; SPINOLA, C. Turismo de base comunitária. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 18, n. 2, 2018.

SLAVE VOYAGES. **The transatlantic slave trade database**, 2013. Disponível em: < <http://www.slavevoyages.org> > . Acesso em: 10 dez. 2025.